



PROPOSTA DE UMA POLITICA PARA A BORRACHA NATIVA
ADEQUADA A PROTEÇÃO DA FLORESTA.

Os seringueiros, há 100 anos responsáveis pela base da economia regional amazônica, e hoje mundialmente reconhecidos como defensores da floresta, estão com sua sobrevivência ameaçada, em consequência da atual política econômica do governo. Apesar do interesse pela questão ambiental, demonstrado reiteradas vezes pelo governo, e da diminuição dos desmatamentos em decorrência da fiscalização, a queda do preço da borracha está inviabilizando a economia da floresta, acentuando a migração para a periferia das cidades e expondo a região à ação descontrolada e predatória de agentes econômicos imediatistas, com graves prejuízos para o futuro do Brasil e o equilíbrio do planeta.

A borracha nativa é um dos mais importantes produtos da floresta. Sua exploração não é predatória, viabiliza o sustento de mais de 1 milhão de pessoas e, por ser extensiva, garante a proteção de 1/4 do território amazônico.

Fala-se que é subsidiada. Não é verdade. A legislação vigente, definida pela Lei 5.227 de 16.01.67, estabelece reserva de mercado para a borracha produzida no país, devendo as indústrias darem prioridade para a compra do produto nacional. Os preços são administrados pelo governo e os valores do produto importado são equalizados aos preços da nacional. Dessa diferença resulta a TORMB (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha) através da qual o governo arrecadou, nos últimos anos, cerca de US\$ 40 milhões de dólares ao ano, utilizados para subsidiar o cultivo de borracha no centro-sul do Brasil e para manter a estrutura da ex-SUDHEVEA, hoje incorporada ao IBAMA. Nunca os benefícios desse recurso chegaram aos produtores de borracha na Amazônia, os seringueiros.

A produção atual de borracha natural no Brasil é de 30.700 toneladas anuais; deste total, 14.500 toneladas correspondem à borracha nativa da Amazônia e o restante, 16.200 toneladas, à borracha oriunda de seringueis de cultivo localizados no centro-sul e sudeste do país. O consumo brasileiro de borracha natural está em torno de 113.000 toneladas, o que significa que o Brasil importa, de plantações localizadas no Sudeste Asiático, altamente subsidiada, 73% da matéria-prima que consome. Cerca de 80% da produção nacional de borracha natural no Brasil é absorvida pela indústria pneumática.

Na gestão do atual governo, o preço da borracha nativa chegou ao mais baixo nível em toda sua história, registrando uma queda de 2/3 do poder aquisitivo dos seringueiros. Enquanto o preço da borracha teve um acréscimo de 187,6% no período, o índice geral de preços cresceu 327,9%. Não caiu, porém, o preço do pneu para o consumidor, o que tem significado brutal transferência de renda do setor extrativista para a indústria pneumática.

A política governamental para a borracha extraída dos seringais nativos da Amazônia deve ter um tratamento diferenciado daquela aplicada aos demais produtores do setor, usineiros, cultivadores e industriais, em decorrência das funções ecológicas e sociais desempenhadas por esta atividade, no contexto do desenvolvimento regional amazônico, e através de sua exploração que imensas regiões fronteiriças são defendidas, que a floresta é conservada, e que o estoque genético de recursos é assegurado para as futuras gerações, funções não desempenhadas pelas demais atividades.

O Conselho Nacional dos Seringueiros não pretende que a borracha seja a única base de sustentação econômica da população que vive da floresta. A diversificação da base produtiva, através da exploração de outros produtos (frutos, resinas, amendoas, essências, plantas medicinais, óleos, etc), já iniciada, exige um tempo maior de maturação. O objetivo do CNS, a médio prazo, é desenvolver sistemas agroflorestais, agregar valor aos produtos da floresta através do processamento com novas tecnologias e a comercialização sob formas associativas, experiências em franco desenvolvimento em toda a região. Toda essa política, no entanto, depende, hoje, e no curto prazo, de preços adequados para a borracha, porque essa é a atividade que assegura a permanência na floresta.

PROPOSTA

Com base nos instrumentos legais existentes, a proposta do Conselho Nacional dos Seringueiros, respaldada pela Aliança dos Povos da Floresta, pela SEMAM, pelo IBAMA, e por inúmeras entidades ambientalistas nacionais e internacionais, propõe um prazo de 10 anos de proteção à borracha nativa da Amazônia. Durante este período, com o apoio técnico do IBAMA e de vários órgãos de pesquisa do governo já envolvidos com este projeto, serão implantadas novas tecnologias para a borracha, visando aumentar a qualidade e a produtividade, assim como projetos de ampliação da base produtiva florestal.

A proposta aqui apresentada envolve, além do governo, o setor privado, produtor de artefatos de borracha, uma vez que a proteção da floresta é de interesse de toda a sociedade.

1. CONTINGENCIAMENTO: Deve ser restrito às 14.500 toneladas de borracha oriundas da Amazônia.
2. TORNB: Deve ser mantida e redirecionada para apoiar programas tecnológicos, de comercialização, de regularização fundiária, previstos no Programa Nacional de Reservas Extrativistas, de responsabilidade do IBAMA.

3. PREÇOS DIFERENCIADOS: A borracha da Amazônia deve ter um preço diferenciado das demais e cobrir a cesta básica do seringueiro, cumprindo a função de fiscalização e proteção da floresta.

4. RESERVAS EXTRATIVISTAS: Deve ser prioridade absoluta do governo a regularização fundiária das reservas já criadas e a criação de novas em todas as áreas habitadas por populações que vivem do extrativismo sustentável na Amazônia.

PREÇO PARA A BORRACHA NATIVA
E CUSTOS DE PROTEÇÃO DA FLORESTA PELOS SERINGUEIROS:

a. Preço atual da borracha bruta Acre fina:	Cr\$ 160,00/kg
b. Valor da recuperação do poder de compra:	Cr\$ 416,00/kg
c. Valor da cesta básica:	Cr\$ 573,00/kg

Considerando o preço de Cr\$ 573,00 por kg e o total da produção nativa da Amazônia, igual a 14.500 toneladas, o custo anual de proteção da floresta amazônica é igual a Cr\$ 8.3 bilhões, ou seja, cerca de US\$ 35 milhões, valor inferior à arrecadação da TORMB nos últimos anos e ínfimo comparado com os benefícios ambientais e sociais que representa.

OPERACIONALIZAÇÃO:

1. ATRAVÉS DO GOVERNO: o IBAMA compraria a borracha da Amazônia para a formação de estoques de reserva, previstos pela legislação.

2. ATRAVÉS DO SETOR PRIVADO: com a intermediação da SEMAM, o Conselho Nacional dos Seringueiros entraria em negociações com a indústria de artefatos de borracha, visando a produção do PNEU VERDE, ou de outros produtos similares. Aquelas empresas que absorvessem o custo de proteção da floresta, através desse mecanismo, receberiam da Aliança dos Povos da Floresta, um selo de aprovação para utilizado em campanhas de marketing.

Essa iniciativa, pela repercussão que produzirá, certamente poderia ser colocada como contrapartida nacional a recursos internacionais e investimentos, na proteção das florestas.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

ASSESSORIA TÉCNICA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS AMAZÔNICOS

Brasília, 4 de abril de 1990.